

*Proselitismo religioso no Brasil:
interfaces entre influências políticas e
o papel do Ministério Público*



MIKAEL VINICIUS DA ANUNIAÇÃO LIMA

Bacharel no curso de Direito pela Faculdade Estácio de Teresina (2023); Formação em Docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental pelo AVAMEC; Pós-graduado em Direito Previdenciário e Tributário; Graduando no curso de História pelo Centro Universitário UNIBTA; Mediador e Conciliador Judicial pela Escola Judiciária do Estado do Piauí (EJUD); Assessor Técnico II do Ministério Público do Estado do Piauí, lotado no Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania; Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí.

E-mail: mikaelvinicios2501@gmail.com

PROSELITISMO RELIGIOSO NO BRASIL: INTERFACES ENTRE INFLUÊNCIAS POLÍTICAS E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Mikael Vinicius da Anunciação Lima¹

RESUMO

O Brasil é um país marcado pela diversidade cultural e religiosa, onde as interações entre política e religião desempenham um papel significativo na formação da sociedade. Este trabalho busca investigar como as influências políticas dos últimos anos, compreendidas entre o período de 2018 até a atualidade, contribuíram para o proselitismo religioso no contexto brasileiro, com um enfoque especial na importância da atuação do Ministério Público em regular e preservar a liberdade religiosa. Portanto, este estudo busca abordar essas questões de maneira imparcial e analítica, considerando as diversas perspectivas envolvidas no cenário religioso brasileiro. Por meio da análise de casos específicos, da revisão da literatura acadêmica e da coleta de dados relevantes, esta pesquisa pretende oferecer uma visão abrangente do proselitismo religioso no Brasil, explorando suas implicações sociais, políticas e culturais. Ao fazê-lo, esperamos contribuir para um entendimento mais profundo dessas características complexas e, assim, promover o diálogo inter-religioso e a convivência em uma nação tão rica em diversidade religiosa como o Brasil.

Palavras-chave: religião; diversidade; proselitismo; igualdade.

1. INTRODUÇÃO

Nestes últimos anos o Brasil vivenciou uma grande revolução política e cultural, sendo que tais modificações resultaram no embate de forças dominantes da sociedade e acarretou sérios prejuízos aos grupos minoritários. O país é povoado por cidadãos de diferentes ideologias, crenças e culturas, mas esse pluralismo não gira apenas em torno desses aspectos.

Em razão da colonização exploradora dos portugueses, o Estado brasileiro é composto por pessoas de diferentes raças e etnias, bem como existem diversas classes sociais econômicas, o que enseja a desigualdade social, cultural, econômica, política e de crença. Assim sendo, o problema das disparidades não é fruto dos conflitos atuais, mas constitui uma

¹Bacharel no curso de Direito pela Faculdade Estácio de Teresina (2023); Formação em Docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental pelo AVAMEC; Pós-graduado em Direito Previdenciário e Tributário; Graduando no curso de História pelo Centro Universitário UNIBTA; Mediador e Conciliador Judicial pela Escola Judiciária do Estado do Piauí (EJUD); Assessor Técnico II do Ministério Público do Estado do Piauí, lotado no Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania; Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: mikaelvinicius2501@gmail.com.

herança histórica deixada pelo colonizador europeu.

Como corolário dessa premissa, o Brasil enfrenta até o período hodierno diversas formas de discriminações, mas o presente estudo concentra-se em pontuar o preconceito racial oriundo do proselitismo religioso. O último levantamento realizado no ano de 2010 pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – apontou que aproximadamente 85% dos cidadãos são cristãos, sendo que 65% se denominam católicos, e 22% se declararam evangélicos.

O Brasil, conhecido por sua diversidade cultural e religiosa, tem sido palco de uma manifestação complexa e multifacetada: o proselitismo religioso. Ao longo de sua história, o país experimentou a chegada e a difusão de uma miríade de tradições religiosas, que varia desde as crenças indígenas até as grandes religiões mundiais, como o Cristianismo e o Islamismo. O proselitismo, entendido como o esforço deliberado de converter indivíduos a uma determinada fé ou crença, tornou-se uma parte intrínseca desse mosaico religioso, desempenhando um papel significativo na configuração da paisagem religiosa brasileira.

Este trabalho busca analisar a relação entre influências políticas e proselitismo religioso, identificando casos e exemplos concretos no cenário brasileiro, bem como visa investigar como a legislação brasileira trata a relação entre política e religião, destacando o papel do Ministério Público na promoção da liberdade religiosa e na prevenção de excessos no proselitismo, considerando suas atribuições legais e desafios específicos nesse contexto.

A religião desempenha um papel fundamental na vida das pessoas, influenciando suas crenças, valores e práticas. No entanto, a prevalência de determinada crença também pode levantar questões sensíveis relacionadas à coerção, ao conflito e à intolerância religiosa. Portanto, este estudo busca resolver a seguinte problemática: “Como as influências políticas popularizadas desde o ano de 2018 contribuíram para o proselitismo religioso no Brasil, e qual a relevância do Ministério Público nesse cenário?”.

Por meio da análise de casos específicos, da revisão da literatura acadêmica e da coleta de dados relevantes, este trabalho pretende oferecer uma visão abrangente do proselitismo religioso no Brasil, explorando suas implicações sociais, políticas e culturais. Ao fazê-lo, esperamos contribuir para um entendimento mais profundo dessas características complexas e, assim, promover o diálogo inter-religioso e a convivência em uma nação tão rica em diversidade religiosa como o Brasil.

2. RELIGIÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOCULTURAL

Ao longo dos séculos, o reino animal luta pela sobrevivência por meio da adaptação de seu corpo ao ambiente em que vive. Tomando como exemplo as borboletas, observa-se que esses pequenos seres se desenvolvem mediante um processo de transformação, que se inicia com a ovulação e vai até o imago. Da mesma forma ocorre com os pássaros, em que os filhotes nascem sem penas e são alimentados pelos pais até que possam voar e se alimentar sozinhos.

O mais extraordinário é que esse extinto de sobrevivência é repassado entre gerações, sem ajuda de nenhuma instrução, cada ser se comporta de acordo com sua espécie e ambiente. Não há questionamentos a serem levantados. E, por isso mesmo, eles não têm abertura para novas possibilidades, pois a programação biológica desses animais é completa (Alves, 2008).

Todavia, quando se trata do homem, as coisas são bem diferentes. Se os demais animais seguem uma padronização biológica em que seus hábitos são predeterminados, bem como sua aparência e alimentação, os seres humanos são previsíveis apenas no aspecto genético, todos são formados biologicamente por um par de pulmões, com orelhas e olfatos, por exemplo. Mas é possível determinar se uma criança recém-nascida gostará de legumes? Quais os gostos musicais? E como será sua personalidade? Essa é a diferença que afasta o homem dos outros animais, pois este é o seu próprio corpo, já aquele tem um corpo.

O mundo dos homens, nas palavras de Rubem Alves (2008), é uma página em branco na sabedoria que nossos corpos herdaram de nossos antepassados. Nesse sentido, é nesse movimento de criação do mundo que o ser humano desenvolve a cultura, sendo esta constituída de ideias que ultrapassam os comandos do corpo, criadas por meio da imaginação e da construção humana. Partindo dessa premissa, extrai-se a importância da educação das crianças, pois diferentemente dos outros animais os homens mais velhos ensinam os mais jovens como é o mundo, e como ele funciona.

Assim sendo, se a cultura é fruto das ideias do homem, não sendo um padrão biológico humano, permanece a pergunta: por que o homem desenvolveu a cultura? Por qual razão essa espécie decidiu viver além do extinto de sobrevivência?

Para essas perguntas não se tem respostas certas, identifica-se apenas uma explicação: os animais sobrevivem por meio da adaptação ao ambiente, já os homens são, em sua essência, seres de desejos. Dessa forma, todas as construções e avanços alcançados na história da humanidade são frutos da vontade humana.

“Desejo pertence aos seres que se sentem privados, que não encontram prazer naquilo que o espaço e o tempo presente lhes oferecem. É incompreensível, portanto, que a cultura nunca seja a reduplicação da natureza. Porque o que a cultura deseja criar é exatamente o objeto desejado.” (Rubem Alves, 2008, p. 21)

Do latim *desidĭum*, o desejo é a ação e o efeito de desejar (aspirar a, sentir apetência, ter vontade de, querer). Diante disso, é correto afirmar que o homem não deseja aquilo que tem, mas o que lhe falta. Dessa forma, foi nessa busca pela satisfação da vontade que o homem achou por bem obter explicações acerca da sua existência, bem como sobre o universo em que vive, o que desencadeou o desenvolvimento de um novo extrato da cultura: a religião.

Contudo, conforme um estudo realizado por Kevin Schilbrack, publicado originalmente em 28 de março de 2022 na *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*:

“*Religio* também se aproxima de “conscienciosidade”, “devoção” ou “obrigação sentida”, pois *religio* era um efeito de tabus, promessas, maldições ou transgressões, mesmo quando não relacionados aos deuses. Na antiguidade ocidental, e provavelmente em muitas ou na maioria das culturas, havia o reconhecimento de que algumas pessoas adoravam deuses diferentes com compromissos incompatíveis entre si e que estas pessoas constituíam grupos sociais que poderiam ser rivais” (Kevin Schilbrack, 2022, p. 2).

Por noutro lado, de acordo com Hume (2004), é incontestável que há 1700 anos a humanidade era politeísta. Assim sendo, o sistema de crença adotado era baseado em diferentes divindades, em que eram admitidas as existências de múltiplos deuses, geralmente cada um ligado a determinado fator da natureza: deus do sol, deus da chuva e etc.

Hume ainda assevera que o surgimento da religião se deu a partir de duas premissas: o *medo* e a *ansiedade*:

“A religião primitiva da humanidade surgiu principalmente de um medo dos acontecimentos futuros [...] Uma vez que um terror infundado se apodera do espírito, a imaginação entra em ação e multiplica ainda mais o número de objetos terríficos” (David Hume, 2004, p. 107).

Em suma, as evidências apresentadas pelo filósofo indicam que o surgimento da religião não está intrinsecamente ligado à natureza humana, e sim do medo gerado a partir de um determinado fator natural e inexplicável que causa no homem um estado de ansiedade, sendo essa preocupação a força motriz da afloração da espiritualidade.

2.1. O fenômeno da religião sob o prisma histórico e filosófico

Diante das considerações explanadas, oportuno elencar o processo de desenvolvimento

das crenças através de alguns marcos históricos, visto que o fenômeno da religião só pode ser explicado com clareza quando analisada sob um viés histórico e filosófico, tanto pelo fato de existirem diferentes religiões em determinadas épocas, como também pela necessidade de adotar-se uma visão reflexiva a respeito da temática. Acompanhando essa linha de raciocínio, em sua obra *História das Religiões*, Mayara Dionizio ensina:

“Do mesmo modo que podemos pensar que a história só consegue ser pensada e problematizada a partir de um posicionamento crítico/reflexivo, próprio à filosofia, a filosofia só pode se compreender em seu desenvolvimento a partir da organização histórica da filosofia e dos contextos periódicos da história de modo mais geral. Por isso, para pensar a religião a partir de seu desenvolvimento, contexto e fenômeno, é necessário pensá-la por meio da história e da filosofia de forma correlacional” (Mayara Dionizio, 2020, p. 14).

Considerada como o berço das civilizações, a sociedade grega foi uma das responsáveis pela disseminação da influência religiosa, visto que as crenças representavam uma das forças dominantes de organização cultural e social (Jaeger, 1995). Naquele período o politeísmo tinha grande valor cultural e de crença, mesmo diante do crescente pensamento filosófico ali difundido.

A título de exemplo, têm-se os deuses do Olimpo, os quais eram as principais divindades. O primeiro deles, Zeus, nascido na ilha de Creta, era filho mais novo de Cronos e Reia e era considerado o deus supremo dos céus. Hera, irmã e esposa de Zeus, era considerada a rainha dos deuses e conhecida como a deusa da maternidade, das mulheres e do casamento. Poseidon, por sua vez, era irmão de Hera e Zeus, bem como era detentor dos mares, das tempestades e dos terremotos.

Sob o prisma filosófico, na obra *A República*, Platão preconizava sobre a existência de um mundo inteligível, aquele das ideias trazidas pela alma fora do tempo e do espaço, e um mundo concreto e sensível, aquele que se acessa por meio dos sentidos (olfato, paladar, audição, tato e visão). E o mais interessante é que o filósofo não abandonava a possibilidade de existência de algumas divindades (Platão, 1987).

Ainda nas palavras de Mayara Dionizio (2020), Tomás de Aquino (1225-1274), ressignificou a teoria aristotélica de que a essência das coisas consistia em suas formas – categorizadas em causa formal, causa eficiente, causa final e causa material – e buscou pensar nessas causas formais unindo-as em relação à comprovação da existência de Deus. Tais ideias foram de suma importância para a consolidação do cristianismo como religião, tendo em vista

a disputa com o islamismo no contexto das Cruzadas.

A religião, em particular o cristianismo, desempenhou um papel central na motivação, organização e justificação das Cruzadas. Runciman (2003), argumenta que a religião foi uma força poderosa que mobilizou os cristãos europeus a se engajarem nas Cruzadas, apresentando a luta pela Terra Santa como uma causa sagrada. As cruzadas foram promovidas como uma peregrinação armada para recuperar os locais santos do cristianismo, especialmente Jerusalém, que havia caído sob domínio muçulmano.

Além disso, influenciou não apenas os líderes políticos e militares, mas também a sociedade em geral, moldando as mentalidades e as atitudes em relação aos muçulmanos e outras religiões. A ideia de guerra santa, combinada com o fervor religioso da época, levou muitos a se engajarem nas Cruzadas como uma expressão de devoção religiosa e busca pela salvação espiritual.

Durante a Idade Média, a religião viveu o ápice de sua força e influência, tanto no plano espiritual – fundamento de toda a vida social – como no plano material, visto que a economia, a arte e o conhecimento científico eram utilizados com finalidades religiosas, além da grande concentração de bens móveis e imóveis que a Igreja adquiriu nesse período através de doações dos fiéis.

Assim sendo, a fé era o fundamento de vida da sociedade medieval, bem como foi exclusivamente responsável pela criação de padrões éticos de conduta baseados em dogmas cristãos. Em consequência disso, a Igreja ainda era responsável pela administração da justiça, oportunidade em que os julgamentos eram realizados à luz dos textos sagrados.

Diante de tamanho poder e de tanta influência, no Século XVI a Igreja passou a ser questionada acerca de algumas práticas desarrazoadas, sobretudo à cobrança de indulgências. Esse grupo revolucionário causador dessa onda de tensões mais tarde ficou conhecido como movimento protestante, liderado por João Calvino e Martinho Lutero, os quais através da edição de 95 teses iniciaram a Reforma Protestante (Dionízio, 2020).

2.2. Breve panorama da diversidade religiosa no Brasil

O Brasil, um país de dimensões continentais, destaca-se pela rica e complexa diversidade religiosa. Ao longo de sua história, o território brasileiro foi palco da convergência e convivência de diversas tradições espirituais, moldando uma paisagem religiosa multifacetada e dinâmica.

Tal diversidade tem suas raízes na colonização, quando as intenções dos povos

indígenas se retornaram com a fé trazida pelos colonizadores portugueses. Holanda (1995), assevera que os portugueses foram os portadores naturais da missão de colonizar o Brasil. Esse encontro de culturas deu origem a uma riqueza de práticas religiosas, desde as tradições indígenas até os rituais católicos.

Ao longo dos séculos, uma chegada forçada de africanos escravizados contribuiu para a introdução de sistemas de integração oriundos do continente africano. Surgiram assim as religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, que se entrelaçaram com as crenças já existentes, formando uma teia única de espiritualidade.

Com o tempo, a imigração também desempenhou um papel significativo na diversidade religiosa do Brasil. As comunidades de imigrantes europeus, asiáticos e do Oriente Médio trouxeram suas próprias práticas e tradições, enriquecendo ainda mais o panorama religioso nacional. Todavia, Ortiz (1999), ensina que a diversidade presente no mundo antes do século XV era maior do que a existente hoje, uma vez que muitas línguas, crenças e culturas foram extintas com o colonialismo, o imperialismo e a industrialização.

No cenário contemporâneo, o Brasil é marcado por uma coexistência notável entre as grandes religiões mundiais, como o Cristianismo em suas diversas vertentes (Catolicismo, Protestantismo, Ortodoxia) e o Islamismo, e as expressões religiosas autóctones, como as religiões indígenas e as afro-brasileiras. Além disso, testemunhamos o crescimento de novos movimentos espirituais e religiosidades alternativas, que refletem as transformações sociais e culturais em curso.

A liberdade religiosa é garantida pela Constituição brasileira, permitindo que os indivíduos expressem e pratiquem suas próprias liberdades. Essa coexistência importa, embora desafiada por episódios de intolerância, reflete a capacidade do Brasil em abraçar e celebrar sua diversidade religiosa como parte integrante de sua identidade nacional. Assim, a pluralidade de crenças no Brasil não apenas enriquece o panorama espiritual, mas também reflete a capacidade da sociedade de conviver harmoniosamente com suas diferenças religiosas.

3. RELIGIÃO E POLÍTICA

Nos últimos anos, o Brasil experimentou uma significativa transformação política e cultural, resultando em confrontos entre as principais forças da sociedade e causando danos substanciais às comunidades minoritárias. Uma nação abriga uma diversidade de cidadãos com ideologias, opiniões e culturas distintas, não se limitando apenas a esses aspectos.

Devido à colonização exploratória dos portugueses, a composição do Estado brasileiro inclui indivíduos de diversas raças e etnias, além de diferentes classes socioeconômicas, o que contribui para a existência de desigualdades nas esferas social, cultural, econômica, política e religiosa. Assim, as disparidades atuais não são apenas resultados de conflitos contemporâneos, mas uma herança histórica deixada pelos colonizadores europeus.

Conseqüentemente, o Brasil enfrentou diversas formas de discriminação até os dias atuais, com este estudo focalizando especialmente as múltiplas manifestações de preconceito racial provenientes do proselitismo religioso. De acordo com o último levantamento do IBGE em 2010, aproximadamente 85% da população se identifica como cristã, sendo 65% católicos e 22% evangélicos.

Assim, o Brasil, reconhecido por sua rica diversidade cultural e religiosa, tem testemunhado uma expressão complexa e multifacetada: o proselitismo religioso. Ao longo de sua história, o país experimentou a introdução e disseminação de diversas tradições religiosas, desde as práticas indígenas até as grandes religiões globais como o Cristianismo e o Islamismo. O proselitismo, definido como o esforço intencional de converter indivíduos a uma determinada fé ou crença, tornou-se uma parte intrínseca desse mosaico religioso, desempenhando um papel significativo na configuração da paisagem religiosa brasileira.

O Estado neoconstitucional carrega a árdua tarefa de não só garantir direitos, mas de fornecer a concretização dos princípios e garantias já estampados no texto constitucional. Assim, é dever do Soberano assegurar que diversas ações sejam implementadas para que estes direitos sejam, de fato, concretizados no cotidiano dos cidadãos brasileiros.

Nesse sentido, Política é o termo utilizado para descrever o contexto político-institucional no qual os processos sociais se desenvolvem. Essa dimensão institucional engloba tanto as regras formais, como estatutos e regulamentações, quanto as normas informais, como cultura e hábitos, que exercem influência sobre o comportamento das pessoas de diversas maneiras (Frey, 2000).

Para Bobbio (2002), a política refere-se à atividade humana externa para a obtenção e preservação dos recursos necessários para o exercício do poder sobre os seres humanos. Convém mencionar que não se pode pensar nas políticas públicas como um campo alheio ao estudo da política:

A vida, em todas as suas dimensões, é um ato político. Até mesmo sem querer, os sujeitos são seres políticos, mesmo que afirmando a despoliticização. Os cidadãos elegem políticos guiados pela perspectiva de que suas futuras atitudes, enquanto eleitos, sejam planejar e

programar boas ações públicas em diversos setores. (Lima, Caroline C, 2019, p. 18).

Diante dessas explicações, observa-se que a religião afeta diretamente o campo da política, sendo esta capaz de modificar o cenário de uma sociedade, bem como é responsável pelos valores e princípios de uma determinada população. No Brasil, os reflexos das crenças nos valores da sociedade são bastante expressivos, visto que grande parte dos cidadãos brasileiros pertence à religião cristã, o que corrobora para a prática do proselitismo.

O proselitismo religioso refere-se à tentativa de convencer, persuadir ou converter indivíduos a aderirem a uma determinada fé ou crença religiosa. Os resultados dessa prática no Brasil são variados e podem ser analisados sob diferentes perspectivas.

No âmbito da liberdade religiosa, um dos princípios fundamentais da democracia, o proselitismo religioso tem o potencial de promover a diversidade de reflexão e o pluralismo religioso. No entanto, também pode gerar conflitos e tensões entre grupos, especialmente quando praticados de forma agressiva ou coercitiva. O respeito mútuo e a tolerância religiosa são essenciais para manter a harmonia na sociedade.

Além disso, pode influenciar a política e a tomada de decisões em diferentes níveis. Grupos religiosos organizados muitas vezes têm influência política e podem buscar promover suas opiniões e valores em políticas públicas, incluindo temas políticos como aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo e educação sexual. Isso pode gerar debates acalorados e polarização na sociedade.

3.1. Influências Políticas no Proselitismo Religioso

A interação entre influências políticas e práticas proselitistas no Brasil tem sido um tema relevante, revelando situações emblemáticas que moldam o cenário religioso do país. Alguns casos notórios destacam-se nesse contexto, ilustrando a complexidade das relações entre poder político e religioso.

Um exemplo histórico é o uso político da religião durante a ditadura militar (1964-1985), quando o regime buscava apoio de setores conservadores da sociedade, muitas vezes aliando-se a lideranças religiosas para legitimar suas ações. Nesse período, ocorreram episódios em que determinadas igrejas eram favorecidas em troca de apoio político, influenciando as práticas proselitistas e contribuindo para a formação de alianças entre líderes religiosos e autoridades governamentais.

Nesse contexto, a religião desempenhou um papel significativo como uma força

ideológica e mobilizadora. A Igreja Católica, por exemplo, foi uma das instituições que se envolveram ativamente na resistência à ditadura, defendendo os direitos humanos e criticando as violações cometidas pelo regime. Ao mesmo tempo, algumas lideranças religiosas foram cooptadas pelo governo ou adotaram uma postura de colaboração, contribuindo para a legitimação do regime (Schwarz, 1999).

Outro caso emblemático envolve a ascensão de alguns líderes religiosos ao poder político, como parlamentares ligados a igrejas evangélicas que utilizam sua influência para promover pautas conservadoras e influenciar políticas públicas. Essa articulação tem impacto direto no cenário religioso, moldando debates sobre temas como educação, saúde e direitos individuais.

No âmbito das políticas públicas, a laicidade do Estado é um princípio fundamental no Brasil, mas nem sempre é efetivamente aplicada. Decisões governamentais relacionadas a questões éticas e morais podem refletir influências religiosas, gerando debates acalorados e impactando a vivência religiosa da população. Exemplos incluem a discussão sobre o ensino religioso nas escolas públicas e a legislação sobre aborto e diversidade sexual, temas nos quais posições religiosas frequentemente se entrelaçam com a esfera política. É justamente nesse cenário que o Ministério Público, enquanto instituição pública de alta relevância na sociedade deve atuar de forma preventiva no combate à desigualdade religiosa.

Uma abordagem teórica nas ciências sociais bastante conhecida é o Neoinstitucionalismo, que se concentra no papel das instituições na organização e estrutura das sociedades. Ele busca compreender como as instituições moldam o comportamento humano, as interações sociais e o desenvolvimento das organizações, enfatizando a importância das regras formais e informais, normas e procedimentos nas dinâmicas sociais e políticas.

De acordo com o estudo “Comportamento ou instituições”, desenvolvido por Peres (2009), o movimento Neoinstitucionalista subdivide-se em três vertentes. A primeira delas é a do pensamento racional, a qual destaca que as instituições são consideradas como "regras do jogo". Dessa forma, os Ministérios podem alterar as regras do jogo da desigualdade no Brasil, impactando nas práticas discriminatórias.

A segunda vertente é denominada Neoinstitucionalismo histórico, a qual preleciona que eventos passados e escolhas institucionais moldam o presente. Trazendo para o viés da intolerância religiosa, é possível entender como essas práticas proselitistas evoluíram ao longo do tempo e como o fim delas pode ser influenciado por eventos históricos.

Aliado a isso, a mencionada doutrina ainda apresenta uma terceira vertente, a sociológica. Segundo essa modalidade, as instituições moldam as relações sociais. A adoção de estratégias para frear a desigualdade religiosa pode afetar as relações entre os atores políticos. As políticas públicas também podem influenciar o cenário religioso por meio do financiamento de eventos e projetos culturais de cunho religioso. A destinação de recursos para celebrações, festas e manifestações específicas pode favorecer determinadas práticas proselitistas em detrimento de outras, gerando desigualdades de tratamento entre diferentes grupos religiosos.

Desde o ano 2018, período da candidatura à presidência do líder político de direita, Jair Messias Bolsonaro, a religião e os templos religiosos cristãos tem sido objeto de campanhas políticas no Brasil. Figuras como Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, foi um dos expoentes no apoio à candidatura. De acordo com uma matéria do jornal “O globo, publicada em 06 de outubro de 2018, o mencionado pastor afirmou que não tinha nenhum líder religioso que fizesse mais vídeos apoiando Bolsonaro do que ele.²

A mesma matéria pontua que o bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, anunciou no Facebook sua predileção por Bolsonaro. Dois dias depois, durante um culto em que celebrava seu aniversário de 84 anos, foi a vez do pastor José Wellington Bezerra, presidente da Assembleia de Deus, a maior congregação evangélica do país: “De todos os candidatos, o único que fala o idioma do evangélico é Bolsonaro. Não podemos deixar a esquerda voltar ao poder”.

Em pesquisa realizada pelo IBOPE, de 11 de setembro de 2018, constatou-se que Bolsonaro tinha 33% das intenções de votos entre os evangélicos, sendo que na nova pesquisa de 01 de outubro do mesmo ano, esse número aumentou para 41%. Somadas essas informações com os dados apresentados pelo IBGE no Censo de 2010, de que os cristãos são 86,8% do Brasil, sendo os católicos 64,6% e evangélicos 22,2%³, resta-se indiscutível que a religião no Brasil possui relevante influência no cenário político.

Em síntese, esses casos emblemáticos de influências políticas em práticas proselitistas no Brasil destacam a interação complexa entre poder político e religioso. A utilização da religião como ferramenta política pode impactar diretamente as políticas públicas, moldando debates e decisões que reverberam no cenário religioso nacional. É fundamental manter um

² O GLOBO. Como Bolsonaro se tornou o candidato dos evangélicos. Publicado em 08 de outubro de 2018.

³ Veja. O IBGE e a religião. Publicada em 29 de junho de 2012.

equilíbrio entre a liberdade religiosa e a laicidade do Estado para assegurar uma convivência democrática e plural.

4. ANÁLISE DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Segundo o disposto na Constituição da República, em seu art. 127, o “Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” No desempenho de suas atribuições, uma das principais atividades desenvolvidas pelo Ministério Público é o combate a toda e qualquer forma de discriminação que, dentre outros, possa violar os princípios da igualdade e da liberdade.

Nesse aspecto, nos últimos anos, têm aumentando os casos em que o Ministério Público é chamado para defender a liberdade de consciência, de crença e de não crença. Em consequência dessa valorização da liberdade de consciência, de crença e de não crença aumenta, também, a exigência de que o Estado mantenha sua imparcialidade em relação a todas as manifestações religiosas ou não religiosas, ou seja, ganha importância que o Estado mantenha sua laicidade.

O Órgão Ministerial desempenha um papel crucial no combate à desigualdade religiosa, atuando como guardião dos princípios constitucionais e dos direitos fundamentais. Suas atribuições abrangem diversas áreas que se interligam para promover a igualdade e a liberdade religiosa no contexto sociocultural brasileiro. Em primeiro lugar, cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica e do regime democrático, princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal.

Nesse sentido, a instituição tem a responsabilidade de zelar pela proteção dos direitos e garantias individuais, entre os quais se destaca a liberdade de crença e culto. Além disso, deve combater práticas discriminatórias e intolerantes, agindo contra atos que promovam a desigualdade religiosa. Isso inclui investigar e responsabilizar legalmente aqueles que praticam crimes de ódio com motivação religiosa, assegurando a punição adequada para esses atos.

No âmbito da promoção dos direitos humanos, o Ministério Público atua na conscientização da sociedade sobre a importância da diversidade religiosa. Essa conscientização contribui para a construção de uma cultura de respeito às diferenças, mitigando preconceitos e estigmas associados a determinadas crenças. Outro aspecto relevante é a fiscalização da aplicação de políticas públicas que visem a promoção da

igualdade religiosa. O Parquet pode atuar para garantir que medidas governamentais estejam alinhadas aos princípios de equidade e respeito à diversidade, colaborando para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Em síntese, as atribuições do Ministério Público no combate à desigualdade religiosa são multifacetadas, abrangendo desde a defesa dos princípios constitucionais até a atuação na conscientização social e na promoção de políticas públicas inclusivas. Ao cumprir essas responsabilidades, a instituição desempenha um papel essencial na construção de uma sociedade mais justa e respeitosa com a diversidade de crenças e práticas religiosas.

5. CONCLUSÃO

Em suma, a presente pesquisa buscou analisar as complexas interações entre o proselitismo religioso no Brasil, as influências políticas e o papel desempenhado pelo Ministério Público nesse contexto. Ao longo deste trabalho, evidenciamos casos emblemáticos que ilustram a interconexão entre poder político e práticas proselitistas, desde episódios históricos até a contemporaneidade, com líderes religiosos ocupando espaços políticos relevantes.

O entendimento da relação entre influências políticas e proselitismo religioso é essencial para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e jurídicas no país. Os exemplos apresentados ressaltam a importância de se manter um equilíbrio entre liberdade religiosa e a laicidade do Estado, aspecto que se torna ainda mais crucial em uma sociedade marcada por uma diversidade religiosa significativa.

A análise do papel do Ministério Público demonstrou sua relevância na defesa dos princípios constitucionais, na promoção dos direitos fundamentais e na mitigação de práticas discriminatórias. A atuação desta instituição é vital para assegurar a pluralidade religiosa e garantir que as políticas públicas estejam alinhadas com os princípios de equidade, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Por fim, esta pesquisa não apenas ampliou o entendimento sobre as intrincadas relações entre política e religião no Brasil, mas também ressaltou a importância de se manter vigilante frente a possíveis excessos e desvios que possam comprometer a coexistência pacífica e respeitosa das diferentes manifestações religiosas em nosso contexto sociocultural. O desafio futuro reside na contínua promoção do diálogo, da tolerância e na consolidação de práticas que garantam a liberdade religiosa como um pilar fundamental da democracia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. O que é religião? São Paulo: Loyola, 1999. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>. Acesso em 22 de novembro de 2023;

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de dezembro de 2023;

JORNAL DA UNESP. Levantamento quantitativo pioneiro na América Latina mapeia comunidade ALGBT no Brasil. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/10/24/levantamento-quantitativo-pioneiro-na-america-latina-mapeia-comunidade-algbt-no-brasil>. Acesso em 25 de outubro de 2023;

Dionizio, Mayara, et al. *História das Religiões*, 2023. Grupo A, 2020. Disponível em: <https://minhabiblioteca.com.br/clientes/estacio/>, Acesso em: 16 de dezembro de 2023;

EXAME.COM. Um perfil dos cristãos do Brasil em 11 números. Disponível em: <https://exame.com/brasil/um-perfil-dos-cristaos-do-brasil-em-11-numeros/>. Acesso em: 18 de novembro de 2023;

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995;

HUME, David. História natural da religião. Tradução, apresentação e notas de Jaimir Conte. São Paulo: Editora UNESP, 2005. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XA9_PJK5vpAC&oi=fnd&pg=PA5&dq=historia+da+religi%C3%A3o. Acesso em 30 de novembro de 2023;

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR. A homossexualidade e o cristianismo conservador: a face cristã da intolerância religiosa espelhada na bíblia. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencia-da-religiao/homossexualidade-e-o-cristianismo>. Acesso em: 30 de novembro de 2023;

RUNCIMAN, Steven. História das Cruzadas Vol. III: O Reino de Acre e as últimas cruzadas. Tradução de Cristina de Assis Serra. Rio de Janeiro: Imago, 2003;

O GLOBO. Como Bolsonaro se tornou o candidato dos evangélicos. Publicado em 08 de outubro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650>. Acesso em: 23 de março de 2024;

ORTIZ, R. Diversidade cultural e cosmopolitismo. Revista de cultura e política, no. 47, 1999. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/equidade-cosmopolita---ano-1999---no-47>. Acesso em: 25 de outubro de 2023;

Schwarz, Roberto. Sequências Brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1999;

Paulo Sérgio Peres. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política, Revista Brasileira de Ciências Sociais, volume 01,

pág.1-20, março de 2009;

VEJA. O IBGE e a religião. Publicada em 29 de junho de 2012. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2>. Acesso em 21 de janeiro de 2024;